

---

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

---

### Especialização em Literatura Brasileira

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de dezembro e julho

### Especialização em Literatura Infantil

Total de Créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de dezembro e julho

### Especialização no Ensino da Língua Portuguesa

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 18 meses

Inscrições: durante o mês de dezembro

**Público Alvo:** candidatos com Licenciatura Plena em Letras ou áreas afins.

### Documentos para inscrição:

2 Fotos

Xerox da Certidão de Nascimento ou Casamento

Xerox do Diploma de Graduação

Xerox do Histórico Escolar da Graduação

Xerox da Carteira de Identidade

Xerox do CIC

Curriculum Vitae

Taxa de Inscrição

**Informações:** fone – (51) 320.3676

## A Ordem V NP em Construções Monoargumentais: uma restrição sintático-semântica\*

Izete Lehmkuhl Coelho\*\*

*ABSTRACT: The aim of this paper is to present a statistics approach of linguistics variables that to make possible the V NP order in mono-argumental sentences of spoken Portuguese in Florianópolis. The analysis shows that the phenomenon of the NP V and V NP order does not constitute, properly, a case of variation, since types of verb (intransitive and unaccusative) and semantic opposite features of the NP (definiteness and specificity) are bound to NP V and V NP order, indicating a syntactic-semantic restriction.*

*RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento estatístico das variáveis lingüísticas que favorecem a ordem V NP em construções monoargumentais no português falado em Florianópolis. A análise mostra que o fenômeno da ordem NP V e V NP não constitui, propriamente, um caso de variação, já que tipos de verbos (intransitivo e inacusativo) e traços opostos do NP (definitude e especificidade) são ligados à ordem NP V e V NP, indicando uma restrição sintático-semântica.*

Key Words: unaccusative; definiteness, specificity.

Palavras-chave: inacusatividade; definitude, especificidade.

---

\* Parte deste trabalho foi apresentada na ASSEL-Rio em novembro de 1999. Especial agradecimento a Maria Cristina Figueiredo e a Edair Maria Görski pelas valiosas sugestões.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina

## Introdução

Este estudo visa a apresentar uma análise acerca dos aspectos (morfo)sintáticos e semânticos que caracterizam o sintagma nominal, com o objetivo de verificar se a ordem NP V/V NP<sup>1</sup> está diretamente relacionada à idéia de que há uma correspondência entre transitividade do verbo e traço semântico do NP, tendo como base a proposta de atribuição de Caso partitivo de Belletti (1988) aos argumentos pós-verbais dos verbos inacusativos, revista por Enç (1991). Nossa expectativa é de que o fenômeno conhecido na literatura como efeito de definitude (DE) vá explicar o fato de NPs permanecerem à direita de verbos inacusativos, em decorrência da obrigatoriedade de o argumento pós-verbal de um verbo inacusativo receber uma leitura [-definida]. Enquanto verbos intransitivos devem privilegiar a ordem NP V, independente de qualquer restrição semântica. Para discutir a diferença entre os verbos, utilizaremos a hipótese inacusativa de Burzio (1986).

A fim de descrever os fatores condicionantes das variantes (ordem NP V e ordem V NP), foram investigadas todas as construções declarativas monoargumentais de 16 (dezesesseis) entrevistas de Florianópolis, pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul)<sup>2</sup>, perfazendo um total de 2033 dados, tentando conciliar a teoria variacionista laboviana (cf. Labov (1972)) com uma teoria sintático-semântica de base formal (cf. Burzio (1986), Belletti (1988) e Enç (1991)).

Na tentativa de demonstrar que um estudo quantitativo pode contribuir para o tratamento formal das questões lingüísticas, pretendemos verificar se a hipótese listada acima pode ser comprovada a partir de uma análise estatística dos fatores que co-ocorrem para o fenômeno da ordem V NP, utilizando-nos do pacote VARBRUL (Pintzuk, 1988). Vale ressaltar que nossa análise pretende investigar as relações que subjazem à co-

ocorrência de dois grupos de fatores que se mostraram mais significativos dentre treze que estão sendo estudados: natureza do verbo e traços de definitude e de especificidade do NP. Eles constituem objeto de discussão deste trabalho.

### 1. Sobre o fenômeno da inacusatividade

#### 1.1. A proposta de Burzio (1986)

Formulada pela primeira vez por Perlmutter (1976) dentro do quadro da Gramática Relacional, e adotada mais tarde por Burzio (1986), dentro do modelo dos Princípios e Parâmetros, a hipótese inacusativa separa os verbos intransitivos em duas classes: a dos verbos inacusativos, que selecionam apenas um argumento interno a V'; e a dos verbos intransitivos, que selecionam um argumento externo a V'. O autor observou que tais diferenças estruturais em uma língua como o italiano permitiam-lhe postular que construções que só exibem como posição temática a posição interna a V' não permitiam que ao NP dessa posição interna fosse atribuído Caso acusativo.

No primeiro caso, Burzio dá evidências de que há verbos no italiano, como *arrivare*, que apresentam a posição de argumento externo tematizada, diferentemente de verbos como *telefonare*; o sujeito superficial do primeiro tipo de verbo é um objeto direto na estrutura profunda (doravante estrutura-D). No segundo caso, a propriedade de não atribuir Caso acusativo ao NP objeto de um verbo inacusativo fundamenta-se nas explicações de Chomsky (1981) em relação às construções passivas. A morfologia passiva, segundo Chomsky, tem a propriedade de bloquear a atribuição da função temática externa à posição de especificador de VP. Além de não projetar uma função temática externa, o verbo passivo, devido a sua morfologia específica, perde a capacidade de atribuir Caso acusativo. Com base nessas duas propriedades da construção passiva, e observando que as construções com verbos como *arrivare* manifestam efeitos semelhantes aos da passiva, Burzio propõe a seguinte generalização 'um verbo atribui função temática externa se e somente se atribui Caso acusativo', formalizando o que fica sendo conhecida na literatura como a *generalização de Burzio*.

<sup>1</sup> Vamos usar aqui o termo inglês NP (Noun Phrase) para designar sintagma nominal apenas por coerência aos outros termos por nós utilizados, tais como VP e IP.

<sup>2</sup> Os dados do Banco VARSUL serão identificados com a sigla FLP (Florianópolis), seguida do número da entrevista e do número da linha em que se encontra o exemplo

Além das diferenças entre os verbos intransitivos e inacusativos, relacionadas acima, uma outra merece atenção: a possibilidade de o argumento de um verbo inacusativo poder aparecer em posição pós-verbal mesmo em línguas que não apresentam a propriedade de inversão livre do sujeito, uma das supostas propriedades das línguas de sujeito nulo (*pro-drop*). Ao comparar línguas que não admitem sujeito nulo, como o inglês e o francês, com línguas que o admitem, como o italiano, Burzio diz que as propriedades dessas línguas provavelmente estão relacionadas. É de se esperar que o italiano (e o português) ao permitirem pronome nulo sujeito também permitam argumentos nulos (representados por  $\emptyset$ ) correspondentes a *il* e *there* de línguas de sujeito lexicalmente realizado como o francês e o inglês, por exemplo.

Considere-se o paralelismo entre as línguas, ilustrado em (1):

- (1) a. *There* have arrived three girls  
 b. *Il* est arrivé trois filles  
 c.  $\emptyset$  sono arrivate tre ragazze  
 d.  $\emptyset$  Chegaram três garotas

Segundo o autor, uma certa relação se sustenta entre o não-argumento (*il*, *there* e  $\emptyset$ ) em posição de sujeito e o NP pós-verbal (tratado por ele como *i-subject*), como em (2), uma relação manifestada pela co-indexação:

- (2) *There*<sub>i</sub> have arrived [*three girls*]<sub>i</sub>

Essa mesma correspondência pode ser observada com o pronome pleonástico *it*, em inglês, embora a co-indexação nesse último caso seja feita com uma sentença, como (3) ilustra:

- (3) [*It*<sub>i</sub> seems [that [*the girl is sleeping* ]<sub>i</sub> ] ]

Em línguas de sujeito nulo, como por exemplo no português, o mesmo paralelismo pode ser observado:

- (4) a. [*pro*<sub>i</sub> (expl) parece [que [*a menina está dormindo* ]<sub>i</sub> ] ]  
 b. \*[*Joana*<sub>i</sub> parece [que [*a menina está dormindo* ]<sub>i</sub> ] ]

A obrigatoriedade de um pronome expletivo (nulo, como em (4a), ou com realização fonética, como em (3)), na posição de especificador de IP, reafirma o fato de que esta posição é não-temática e obrigatória. Além disso, um NP não poderia ocupar a posição desse *pro expletivo*, porque essa posição não recebe papel temático em estrutura-D e para ser ocupada por movimento o NP deve já ter recebido papel temático em uma outra posição. Isso justifica o fato de (4b) ser agramatical.

Dadas tais evidências, podemos dizer, então, que algumas estruturas do italiano e do português são análogas às do inglês, isto é, em italiano ou em português também encontramos sujeitos expletivos co-indexados com um NP pós-verbal ou com uma sentença.

Um outro aspecto tratado por Burzio diz respeito ao papel temático que esse NP pós-verbal manifesta. Se tomarmos a estrutura-D como uma representação pura da estrutura temática, com todos os argumentos na posição em que são atribuídos os papéis temáticos, segue-se que em (5a) o NP pós-verbal é gerado na base (na posição de *i-subject*, segundo Burzio); enquanto que em (5b) ele se move da posição externa a V' para uma posição à direita do verbo:

- (5) a. [*ec*]<sub>i</sub> Arriva *Maria*<sub>i</sub>  
       'Chega Maria'  
 b. [*ec*]<sub>i</sub> Telefona *Maria*<sub>i</sub>  
       'Telefona Maria'

Para comprovar que as posições de base dos NPs são diferentes, o autor deriva as sentenças (5) do italiano, mostrando a possibilidade (ou não) de atribuição do auxiliar *essere* e a possibilidade de concordância do NP com o particípio. Considerem-se (6) e (7):

- (6) a. *Maria*<sub>i</sub> è arrivata *t*<sub>i</sub>  
       'Maria chegou'  
 b. [*ec*]<sub>i</sub> è arrivata *Maria*<sub>i</sub>

- (7) a. *Maria<sub>i</sub>* ha (\*è) telefonato  
       'Maria telefonou'  
 b. [ec]<sub>i</sub> [ [ ha telefonato (\*telefonata)] *Maria<sub>i</sub>* ]  
       VP VP

Essas sentenças evidenciam mais uma vez que os verbos *arrivare* e *telefonare* têm diferentes estruturas-D. Tais diferenças apontam para duas posições de NP pós-verbal: a primeira, uma posição interna a VP; e, a segunda, uma posição de adjunção.

Tomando como pressuposto que os elementos pleonásticos isolados como *il* e *there* têm Caso, porque em geral não ocorrem com sujeitos de infinitivas, mas não têm papel temático, pois não são argumentos, Burzio postulou uma estrutura com um pronome expletivo na posição de sujeito coindexado ao NP pós verbal, chamando essa relação de uma CADEIA de Caso (cf. (8)). Essa estrutura, segundo o autor, está representando tanto a estrutura (9), como a (10), porque há exatamente um argumento e um papel temático em ambos os casos.

- (8) [ pro (expl)<sub>i</sub>, NP<sub>i</sub> ]

- (9) [ [ expl ]<sub>i</sub> [ I [ V NP<sub>i</sub> ] ] ]  
       IP NP I' VP

- (10) [ [ expl ]<sub>i</sub> [ I [ [ V ] NP<sub>i</sub> ] ] ]  
       IP NP I' VP VP

Como todo NP portador de papel temático precisa receber Caso, pela Condição de Visibilidade, Burzio propôs que o objeto temático de um verbo inacusativo fosse marcado com o Caso nominativo via CADEIA [pro<sub>i</sub>, NP<sub>i</sub> ], dada a sua coindexação com o pronome expletivo (realizado ou não realizado foneticamente) na posição de sujeito. O Caso nominativo é atribuído pelo núcleo da flexão a um pronome expletivo na posição de especificador de IP e então transmitido ao NP pós-verbal por meio da formação de uma CADEIA. A CADEIA que liga o expletivo ao NP pós-verbal faz com que o Caso nominativo fique disponível ao NP pós-verbal. Nessa CADEIA, o Caso é atribuído ao pronome expletivo na posição de sujeito e o papel temáti-

co ao NP lexical na posição de objeto. Dada a correspondência de um-a-um entre Caso e papel temático, o autor salienta que a atribuição de Caso é sempre um pré-requisito para a atribuição de papel temático.

### 1.2. A proposta de Belletti (1988)

Ao tentar resolver o problema da atribuição de Caso aos NPs pós-verbais, Belletti (1988) critica a hipótese de Caso por CADEIA, formulada por Burzio (1986). Segundo ela, nessa proposta, uma CADEIA tanto é usada para a marcação de Caso de um NP pós-verbal na posição tratada por Burzio como *i-subject*, como para a marcação de Caso em sentenças que contenham um verbo não-inacusativo, onde o NP pós-verbal preencha a posição adjungida a VP.

Retomando as estruturas (9) e (10) de Burzio, Belletti mostra que em (9), o núcleo atribuidor de nominativo (a flexão), não pode reger o NP pós-verbal, devido à barreira do VP. Logo, o Caso nominativo não pode ser atribuído a esta posição. Por outro lado, em estruturas como (10), ele rege tanto a posição do NP pré-verbal como a posição do NP pós-verbal em adjunção a VP, porque, nesse caso, o VP não é mais uma barreira à regência. As posições resultantes de adjunção ao VP mais alto em (10) não se configuram como barreira para a regência de uma categoria adjungida, pois são apenas *segmentos de categorias*<sup>3</sup> (grifos nossos), o que significa que o Caso nominativo é acessível ao NP pós-verbal adjungido.

Baseando-se em línguas de Caso morfológico, Belletti propõe, então, que os verbos inacusativos e as formas de particípio passivo, embora não possuam a capacidade de atribuir Caso estrutural acusativo, mantêm a capacidade universal de atribuir Caso partitivo ao NP em posição de objeto (*in situ*). Partitivo é um Caso inerente porque apenas pode ser atribuído por uma categoria capaz de atribuir também uma função temática, o que significa dizer que se um verbo, por exemplo, atribui um Caso inerente, atribui necessariamente uma função temática

<sup>3</sup> Somente categorias plenas, não segmentos, podem ser barreiras para a regência (Belletti, 1988:19, cf. nota 40).

juntamente com esse Caso. Casos estruturais (nominativo e acusativo), portanto, diferem de Caso inerente porque não são atribuídos conjuntamente com o papel temático e são atribuídos e realizados na estrutura superficial (doravante estrutura-S). O fato de a atribuição de Caso partitivo dar-se juntamente com a atribuição do papel temático não é trivial. Uma das consequências é que o NP que recebe partitivo receberá também um papel temático específico, típico desse Caso, um papel temático de tema. Esse papel temático, compatível com o Caso partitivo, exigirá que o NP receba uma leitura [-definida].

Segundo Belletti (1988), em línguas como o finlandês, o Caso acusativo não é o único Caso com o qual um NP-objeto pode ser marcado. Dependendo da leitura associada a ele, o objeto desses verbos será marcado ou por Caso acusativo ou por Caso partitivo. Se o Caso acusativo é atribuído (cf. (11a)), o NP objeto tem leitura [+definida]; se o Caso partitivo é atribuído (cf. (11b)), o NP tem leitura [-definida], a leitura de parte de um conjunto, como os exemplos do finlandês, extraídos de Belletti (1988:01), ilustram:

- (11) a. Hän pani kiriat pöydälle  
'Ele pôs os livros (acc. plural) na mesa'  
b. Hän pani kirjoja pöydälle  
'Ele pôs (alguns) livros (part. plural) na mesa'

Dado que línguas como o finlandês dispõem de duas opções de Caso morfológicamente manifestas para marcar os objetos (acusativo e partitivo), Belletti postulou que essas poderiam ser opções universalmente disponíveis em todas as línguas, mesmo nas que não apresentam marcação morfológica de Caso.

Considerem-se agora exemplos do italiano com verbos de alçamento (*raising*), como em (12), para ilustrar a hipótese da autora:

- (12) \*Sembra/\*Sembrano [multi studenti intelligenti]  
'Parece/Parecem muitos estudantes inteligentes'

Já que a literatura prediz que esse tipo de verbo é um verbo inacusativo (o protótipo dos verbos inacusativos), então deveria se qualificar como atribuidor de Caso partitivo. Entretanto, segundo a própria autora, o verbo *sembrare* não pode atribuir Caso partitivo ao NP pós-verbal, porque sendo um Caso inerente não pode ser atribuído a NPs que não sejam tematicamente marcados. Note-se que em construções de *small clause*, como em (12), o papel temático do NP *multi studenti* é atribuído pelo adjetivo *intelligenti*, enquanto o Caso partitivo seria atribuído pelo verbo *sembrare*, o que justifica a agramaticalidade da sentença.

Nessa proposta de Belletti, ainda, nada impede que a um sintagma seja atribuído Caso partitivo na estrutura-D e Caso nominativo na estrutura-S; entretanto, para que o Caso nominativo seja atribuído, o sintagma não pode ficar na posição de complemento; ele deve ser alçado para a posição de especificador de IP, para não violar o Filtro do Caso.

A hipótese de Belletti estabelece uma correlação entre a propriedade casual dos verbos inacusativos e o chamado efeito de definitude, dado que o Caso partitivo só é compatível com sintagmas que podem ser interpretados como parte de um conjunto. Excluem-se, então, da posição que recebe este Caso os quantificadores universais e os sintagmas [+definidos], segundo ela, a não ser quando é possível leitura de lista, isto é, quando um sintagma [+definido] é interpretado como um dos membros de um determinado conjunto. A seção, a seguir, discutirá mais detalhadamente essa questão.

## 2. Sobre o fenômeno da definitude

### 2.1. A proposta de Belletti (1988)

O fenômeno conhecido como efeito de definitude (DE) é apresentado na literatura gerativa como um fenômeno ligado às línguas que não permitem sujeito nulo. Esse fenômeno se manifesta em NPs pós-verbais de alguns tipos de construções, como, por exemplo, nas construções existenciais do inglês, já discutidas por Milsark (1977). A gramaticalidade de uma sentença

como (13a) e a agramaticalidade de sentenças como (13b) e (13c) vêm confirmar essa hipótese.

- (13) a. There is *a man* in the garden  
 'Há/Tem/Existe *um homem* no jardim'  
 b. \*There is *the man* in the garden  
 'Há/Tem/Existe *o homem* no jardim'  
 c. \*There is *every man* in the garden  
 'Há/Tem/Existe *todo homem* no jardim'

A impossibilidade de sentenças como (13b) e (13c) com uma interpretação definida ou universal é consequência direta do fato de que quantificação universal deve ser incompatível com o Caso partitivo, no sentido formulado por Belletti.

A autora alega, ainda, contrariamente ao que tem sido assumido na literatura, que o DE não deve ser restrito a línguas de sujeito lexicalmente preenchido. Em italiano, por exemplo, uma língua de sujeito nulo, mesmo que os NPs pós-verbais sejam geralmente bem formados, algumas estruturas parece que manifestam o efeito em questão, segundo ela. Veja uma estrutura passiva como (14):

- (14) a. È stato messo un libro sul tavolo  
 'Foi colocado um livro sobre a mesa'  
 b. \*È stato messo il libro sul tavolo  
 'Foi colocado o livro sobre a mesa'  
 c. Il libro è stato messo sul tavolo  
 'O livro foi colocado sobre a mesa'

O DE pode ser considerado uma propriedade da posição objeto desse tipo de construção, cujas propriedades casuais obrigam o NP pós-verbal a ser marcado por traço [-definido].

Belletti postula, então, que o DE seria uma propriedade universal de NPs em posição de objeto de verbos inacusativos. Ela representa esse postulado com uma estrutura abstrata (cf. (15)), na qual considera as diversas posições possíveis de serem ocupadas por um NP na sentença:

- (15) NP<sub>1</sub> [ [ V NP<sub>2</sub> [ P NP<sub>3</sub> ] ] NP<sub>4</sub> ]  
 VP VP PP

A posição NP<sub>2</sub> é a de argumento interno de um verbo inacusativo (incluem-se aqui também as construções passivas), que, segundo Belletti, só pode ser ocupada por um NP [-definido]. A posição NP<sub>1</sub> é a posição de especificador de IP, posição em que o Caso nominativo sob concordância é atribuído ao NP; a posição NP<sub>4</sub> é uma posição de inversão livre, muito recorrente em italiano: é uma posição que pode receber o Caso nominativo sob regência, posição não disponível no português. Essas duas últimas posições não são afetadas pelo DE, como os exemplos do italiano ilustram em (16):

- (16) a. Era finalmente arrivato *qualche studente* a lezione (SN<sub>2</sub>)  
 'Tinha finalmente chegado qualquer estudante na sala'  
 b. *Ogni studente* era finalmente arrivato a lezione (SN<sub>1</sub>)  
 'Cada estudante finalmente tinha chegado na sala'  
 c. È arrivato *il ragazzo* (SN<sub>4</sub>)  
 'Chegou o rapaz'

Só o NP<sub>2</sub> é afetado pelo DE, segundo Belletti; se a interpretação do NP pós-verbal em (16a) fosse [+definida], a sentença seria ruim, como o exemplo (17) ilustra. Somente a atribuição de um Caso semelhante ao que Belletti chama de partitivo salva essa construção do Filtro do caso.

- (17) \*Era finalmente arrivato *ogni studente* a lezione<sup>3</sup>  
 'Tinha finalmente chegado cada estudante na sala'

Se tomarmos um exemplo do português, como ilustrado em (18), e marcarmos o NP pós-verbal com uma leitura [+definida], vamos perceber que a restrição de indefinidade é característica da posição NP<sub>2</sub> também nessa língua, o que pode ser confirmado com o julgamento de gramaticalidade de (18b). O NP [+definido] só seria permitido na posição pós-verbal se fosse deslocado para uma posição na periferia de VP, posição

que normalmente recebe uma interpretação do tipo informação antiga, geralmente ligada a um corte entonacional (cf. (18c)).

- (18) a. Chegou *um telegrama* pra ti, urgente (FLP03L856)  
b. \*Chegou *o telegrama* pra ti, urgente  
c. Chegou pra ti, urgente, *o telegrama*

Segundo Belletti, nas línguas que não apresentam marcação morfológica de Caso - como o inglês, o italiano e o português, por exemplo - a atribuição de Caso partitivo ao NP objeto só é visível em sua interpretação [-definida], como os exemplos acima ilustram. Além disso, se a possibilidade de Caso nominativo fosse acessível, via CADEIA, ao NP em posição de objeto tanto em estruturas como (9) quanto em estruturas como (10), seria inexplicável o próprio DE e, portanto, inexplicável o contraste entre (16a) e (17), bem como o contraste entre (18a) e (18b). Por isso se não há razões para proibir a atribuição de Caso nominativo ao NP pós-verbal de estruturas intransitivas, existem razões para excluir o mesmo mecanismo em estruturas inacusativas.

Ao refutar a possibilidade de atribuição direta ou indireta de Caso nominativo ao NP pós-verbal na posição de objeto, e apresentar a hipótese de atribuição de Caso partitivo, a hipótese de Belletti (1981) é superior à de Burzio, porque, além de garantir que os NPs não sejam excluídos pelo Filtro do Caso, está explicando a manifestação do fenômeno conhecido como Efeito de Definitude (DE). Se esse fenômeno é verdadeiro para o italiano e para o português (línguas de sujeito nulo), então parece razoável dizer que o DE impõe uma exigência de indefinição ao NP pós-verbal de um verbo inacusativo. Tal proposta servirá como base para levantar o grupo de fatores traços de definitude (e de especificidade) do NP e será revista por Enç (1991), principalmente no que se refere à leitura do que seria um sintagma interpretado como 'parte de um conjunto', isto é, um sintagma que, segundo Belletti, recebe uma leitura [-definida].

## 2.2. A proposta de Enç (1991)

A discussão sobre definitude de Belletti (1988) é retomada por Enç (1991) e rediscutida a partir da noção de que definitude não daria conta de explicar diferenças entre construções existenciais e construções quantificadas universalmente, porque essas diferenças estão relacionadas a traços de especificidade. A autora propõe a seguinte formulação: enquanto sintagmas [+definidos] e [+específicos] exigem que seus referentes discursivos sejam ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos (condição de ligação), sintagmas [-definidos] e [-específicos] exigem que seus referentes *não* sejam ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos. A natureza da ligação é o que distingue essas noções: a ligação relevante para estabelecer os critérios de definitude é a *relação de identidade* e para estabelecer os de especificidade é a *relação de inclusão* (grifos nossos). No primeiro caso, o antecedente de um NP [+definido] é tratado pela autora como um antecedente forte (*strong*), já que envolve uma relação de ligação total, isto é, os referentes têm de ser idênticos (correferenciais), como o exemplo (19) ilustra.

- (19) *Cinco crianças*<sub>i</sub> chegaram tarde. *Elas*<sub>i</sub> perderam o ônibus

No segundo caso, o antecedente de um NP [+específico] é tratado como um antecedente fraco (*weak*), isto significa que os referentes em questão devem estar incluídos no conjunto de referentes previamente mencionados no discurso. Se tomarmos o exemplo (20), retomado da autora e traduzido para o português, podemos verificar que o sintagma *dois meninos* só será [+específico] se estiver contido no sintagma *Muitas crianças*, como um subconjunto dele; caso contrário será [-específico].

- (20) a. *Muitas crianças* entraram no museu  
b. Eu vi *dois meninos* no cinema  
c. Eu vi *dois dos meninos* no cinema

Ao considerarmos o sintagma *dois meninos* como parte do conjunto maior de 'crianças que entraram no museu', segundo a autora, estamos admitindo uma leitura partitiva não evidente para tal sintagma (*dois dos meninos*), por estarmos introduzindo elementos de um conjunto previamente estabelecido. A proposta de especificidade de Enç está diretamente relacionada à idéia de que interpretação partitiva (explícita ou não) garante aos NPs uma leitura [+específica]. Tais sintagmas se referem a grupos, nos quais o NP partitivo está contido, como o exemplo (20c) ilustra. O segundo índice do subconjunto *dois dos meninos* está contido no primeiro índice *Muitas crianças*, respeitando assim a relação de inclusão.

Consideremos agora sentenças com quantificador universal também traduzidas para o português:

- (21) a. Sally dançou com *todo homem*  
 b. Sally dançou com *cada um dos homens*

Em (21a) a interpretação não é a de que *Sally dançou com todo homem da terra*, mas que ela dançou com *cada um dos homens* existentes em um certo contexto. Isso assegura que a quantificação se dá sobre conjuntos contextualmente relevantes, isto é, já no domínio do discurso. Nesse caso, a leitura de (21a) é equivalente a de (21b), com partitivo evidente. A quantificação universal, portanto, garante aos NPs especificidade, porque tais sintagmas quantificam sobre conjuntos já estabelecidos contextualmente. É importante destacar que nenhum sintagma introduz um novo referente e quantifica sobre ele ao mesmo tempo.

O uso que Enç faz de partitivos contrasta com o uso do termo em Belletti (1988), que exclui do conjunto dos partitivos os sintagmas definidos e os quantificadores universais, sem levar em consideração semelhanças relativas à especificidade de tais sintagmas. A proposta de Enç (1991) parece mais completa por estabelecer diferenças entre uma leitura partitiva e, por extensão, [+específica] e uma leitura não partitiva. Por outro lado, chama a atenção para uma correlação entre partitivos e quantificadores universais, através da proposta de partitivos implíci-

tos, o que permite estabelecer critérios adequados em prol de uma semântica da especificidade.

### 3. Descrição e análise dos resultados

Para a discussão do grupo de fatores natureza do verbo, tomamos a hipótese da inacusatividade de Burzio (1986), revista por Belletti (1988). Os percentuais obtidos pela quantificação de 2033 sentenças declarativas são relevantes. É notável a correlação entre ordem dos constituintes e o grupo de fatores natureza do verbo: há uma associação entre as construções intransitivas e a ordem NP V; inversamente, a ordem V NP se restringe a contextos monoargumentais de construções inacusativas, em especial, construções inacusativas existenciais, como podemos observar na tabela 1, abaixo.

Natureza do verbo monoargumental	Apl/Total	%	PR
Verbos intransitivos	18/524	03	.23
Verbos inacusativos não existenciais	246/1110	22	.54
Verbos inacusativos existenciais	378/399	95	.95
Total	640/2033	32	

Tabela 1: Frequência de V NP, segundo o grupo de fatores natureza do verbo

Como a tabela 1 aponta, a inacusatividade é um ambiente mais propício à variação. Essas diferenças já se mostraram estatisticamente significativas com relação à ordem V NP em estudos anteriores (cf. Coelho, 1998; 1999). Precisamos então entender qual o caráter dos NPs que se posicionam à direita de um verbo inacusativo, com o intuito de verificar se é possível falarmos em efeito de definitude em uma língua como o português. Como a hipótese de Belletti (1988) relaciona o tipo do verbo aos traços do NP pós-verbal para explicar o Caso partitivo, vamos nos ater mais a esse ponto. Vale lembrar, entretanto, que a autora não faz uma discussão suficientemente clara para definitude em seu trabalho, principalmente no que se refere às construções quantificadas universalmente, por isso resolvemos incluir a proposta de Enç (1991), tomando como base as relações

semânticas de identidade e de inclusão na caracterização dos traços de definitude e de especificidade de um sintagma.

Tomemos algumas evidências do português:

(22) Chegou um telegrama pra ti, urgente. (...) O telegrama veio de Criciúma (FLP03L855)

A partir de (22), podemos dizer que na primeira construção o argumento interno do verbo *chegar* não estabelece nenhuma relação nem de identidade, nem de inclusão com o discurso precedente, sendo considerado nos termos de Enç um sintagma [-definido] e [-específico], diferentemente do que acontece com o sintagma *O telegrama* da segunda sentença. Seguindo a teoria que estamos utilizando aqui, o sintagma sujeito *um telegrama* só pode estar imediatamente à direita de um verbo como *chegar* se estiver licenciado por um Caso semelhante ao que Belletti chama de partitivo, o que pode ser atestado pelos traços de indefinidade marcados no sintagma em questão. Já na segunda sentença, o argumento do verbo *vir* é alçado para uma posição marcada por Caso nominativo, por constituir-se um sintagma [+definido] e [+específico]. Não há nada que o licencie à direita do verbo.

Vale ressaltar que os resultados percentuais apontaram os traços de definitude e de especificidade do NP como o segundo grupo de fatores considerado relevante na determinação da ordem V NP (cf. tabela 2), seguido do grupo natureza do verbo. Neste trabalho, foram considerados os NP 'bare' - um NP nu, formado apenas de nome, isto é, com a posição de especificador vazia - dentro do conjunto de sintagmas [-definidos] e [-específicos].

Traços de definitude e de especificidade do NP	Apl./Total	%	P.R
NP [+definido] e [+específico]	77/1245	06	.27
NP [-definido] e [+específico]	155/334	46	.76
NP [-definido] e [-específico] e NP bare	408/454	89	.88
Total	640/2033	32	

Tabela 2: Freqüência e probabilidade de V NP, segundo o grupo de fatores traços de definitude e de especificidade do NP

Os resultados da tabela 2 ressaltam que quando o NP apresenta um alto grau de definitude, contendo traços [+definido] e [+específico], a ordem NP V é a mais recorrente, um total de 94% dos dados; enquanto que, quando o NP apresenta um baixo grau de definitude, NP [-definido] e [-específico] ou NP 'bare', a ordem V NP é a preferida, 89%. Tanto os percentuais quanto o peso relativo parecem apontar que cada uma das ordens se manifesta em um contexto específico. Mas, afinal, essa complementaridade também está relacionada à natureza do verbo? Vejamos o que o cruzamento<sup>4</sup> entre os grupos de fatores natureza do verbo e traços semânticos do NP ressalta, abaixo.

Cruzamento entre os fatores natureza do verbo e traços semânticos do NP	Verbo Intransitivo	Verbo inacusativo não-existencial	Verbo inacusativo existencial
SN [+def] e [+esp]	00/477 0%	43/724 6%	34/44 77%
SN [-def] e [+esp]	15/65 23%	108/229 47%	32/40 80%
SN [-def] e [-esp]	03/20 15%	94/120 78%	311/314 99%

Tabela 3: Freqüência de V NP, segundo o cruzamento entre os fatores natureza do verbo e traços de definitude e de especificidade do NP

Esses resultados são evidências favoráveis à hipótese de que a os traços de definitude e de especificidade vão explicar, principalmente, a variabilidade de uma construção inacusativa. Mesmo assim, vamos discutir, brevemente, os resultados estatísticos das construções intransitivas.

Podemos observar, nas tabelas 2 e 3, que o português apresenta quase que categoricamente a ordem NP V (97%) nas construções intransitivas; as poucas construções de V NP encontradas nos dados aceitam que seus argumentos externos estejam à sua direita independentes do tipo de traços que os sintagmas evidenciam. Uma observação a ser feita a partir da tabela 3 diz respeito às poucas ocorrências de sintagmas [-definido] e [+específico] (um total de 15 ocorrências) e sintag-

<sup>4</sup> O recurso ao cálculo do cruzamento de fatores possibilita a avaliação das interdependências.

mas [-definido] e [-específico] (um total de 3 ocorrências) na posição pós-verbal de construções intransitivas. Vejamos alguns exemplos:

- (23) a. E na cabine ia sentado assim: *um chofer, a minha mãe, que era mais idosa, as pessoas assim mais velhas um pouco ...* (FLP24L1180)  
b. porque sempre desfilavam os *colégios, as escolas, as forças armadas* (FLP24L743)
- (24) a. Estão *todos os dois* trabalhando também (FLP18L1286)  
b. Também tá *todo mundo* trabalhando (FLP06L542)  
c. que iam *aqueles cara do exército* sortear (FLP06L122)

Os exemplos em (23) ressaltam evidências do que se conhece na literatura como leitura de lista. A leitura de lista, segundo Belletti (1988), é a leitura de elementos que são mencionados em série ou podem estar fazendo parte de uma série. São compatíveis com a atribuição de Caso partitivo.

Um dos problemas que temos para resolver, portanto, é como garantir a legitimidade de um NP imediatamente à direita de um verbo intransitivo. Não podemos negar que contextos como (23) evidenciam uma lista de elementos que 'desfilam' e que 'vão sentados', porém o fato de tais sintagmas estarem à direita de um verbo intransitivo pode ser explicado por constituírem sintagmas [+pesados], uma das possibilidades de determinação da ordem V NP, como a literatura já mostrou (cf. Lira (1986; 1996) e Berlinck (1988; 1995)). Esse pode ser o motivo da legitimidade de o argumento estar à direita de verbos intransitivos, provavelmente uma posição suficientemente alta para permitir a atribuição de Caso nominativo para esse NP [+pesado]. Discutiremos a massa fonética dos sintagmas em uma próxima ocasião.

Quanto aos exemplos em (24), a construção *Auxiliar SN V* se justifica se tomarmos como base que o Auxiliar se alçou para CP, enquanto o NP permanece na posição de especificador

de IP; fenômeno conhecido como Auxiliar em COMP<sup>5</sup>. Note-se que o Caso nominativo ao NP é licenciado na configuração especificador-núcleo, sem nenhum problema adicional.

Com relação às construções inacusativas não-existenciais, a tabela 3 mostra que os traços de definitude e de especificidade são ambientes propícios à determinação da ordem V NP, numa escala gradativa de percentual: de apenas 6% de NPs [+definido] e [+específico], para 47% de NPs [-definido] e [+específico], culminando em 78% de NPs [-definido] e [-específico]. Casos de sintagmas [+definido] e [+específico] não poderiam ser legitimados imediatamente à direita dos verbos, na ordem V NP, em virtude da restrição de definitude, se a hipótese de Belletti está correta. Fizemos, então, um rastreamento nas 43 ocorrências e o que pudemos observar foi que a grande maioria delas evidencia material interveniente do tipo PP (sintagma preposicional) entre o verbos e seu argumento, como os exemplos em (25) ilustram:

- (25) a. Falta alguma coisinha *ali* ainda (FLP05L465)  
b. Funcionava *ali* o terminal de ônibus onde é a Alfândega (FLP18L626)  
c. principalmente depois que veio *pra cá* a Eletrosul, né? E veio aquela avalanche de pessoas (FLP05L902)

Mesmo que nos exemplos acima a ordem dos constituintes seja V NP, parece que há diferenças de derivação. A posição do advérbio *pra cá* em (25c), garantindo o fechamento do VP, por exemplo, assemelha-se à posição dos advérbios nos exemplos anteriores, pondo em cheque a verdadeira posição dos sintagmas *alguma coisinha*, *o terminal de ônibus* e *a Eletrosul* em (25a), (25b) e (25c), respectivamente. Os advérbios locativos *ali* e *pra cá* devem estar na mesma posição nas três sentenças, uma posição final de VP, como ilustrada em (26):

<sup>5</sup> Essa possibilidade, no entanto, parece bastante restritiva no português, como Figueiredo Silva (1996) já mostrou, ao examinar o movimento do verbo a partir de evidências quanto à flutuação dos quantificadores universais e quanto ao movimento dos advérbios.

- (26) a. Falta alguma coisinha *ali* ainda  
 b. Funcionava ..... *ali* o terminal de ônibus onde é a Alfândega  
 c. principalmente depois que veio .....*pra cá* a Eletrosul, né?

Podemos observar que a posição em que o advérbio locativo se encontra parece garantir aos NPs posições diferenciadas [V NP Locativo] e [V Locativo NP], como possibilidades de colocar-se imediatamente em seguida ao verbo (V NP) ou vir após todo o predicado (VP NP). Se o advérbio em (26c) estivesse marcando o final do VP, em (26a) e (26b) também deveria estar. Considere-se, então, que o NP *alguma coisinha* em (27a) deve estar em uma posição interna a VP, enquanto os NPs *o terminal de ônibus* em (26b) e *a Eletrosul* em (26c) devem ter-se movido de uma posição marcada por Caso, para uma posição externa a VP, como os paradigmas derivacionais em (27) e (28) ilustram:

- (27) a. *O terminal de ônibus* funcionava ali onde é a Alfândega  
 b. (pro) funcionava ali *o terminal de ônibus* onde é a Alfândega
- (28) a. principalmente depois que *a Eletrosul* veio pra cá, né?  
 b. principalmente depois que (pro) veio pra cá *a Eletrosul*, né?

Tal hipótese pode ser respaldada em (29), a partir da coindexação obrigatória entre o pronome *Eles*, realizado lexicalmente, e o sintagma [+definido] *os ITA* ou a partir de evidências com um preenchedor do tipo PP entre o verbo e o NP; exemplos também encontrados no Banco VARSUL.

- (29) a. *Eles* paravam aqui, *os ITA* (FLP24L1094)  
 b. dia vinte e oito de setembro, em sessenta e nove, *(ele)* veio a falecer [por um]- por um acidente trágico *o marido da minha prima*, a Maria Helena, tá? (FLP23L479).

Os exemplos em (29) apresentam uma estrutura semelhante às dos exemplos anteriores, legitimando o pronome nulo antes do verbo em (27b) e (28b). Podemos dizer, portanto, que tanto esses exemplos como aqueles apresentam um NP

[+definido] em uma posição não-argumental, que está coindexado a um pronome lexical realizado ou a um pronome nulo (pro). Além disso, é importante notar que a posição que hospeda sujeitos deslocados pode também receber sujeitos de verbos intransitivos (ou transitivos), sem criar nenhum problema quanto à atribuição de Caso. Os nominais, nesses casos, encontram-se em adjunção a VP e recebem Caso nominativo da flexão, deixando um categoria vazia ou lexicalizada na posição de especificador de IP.

Quanto aos sintagmas [-definido] e [+/-específico] vale lembrar aqui das diferenças entre aqueles que admitem leitura de quantificação universal dos que admitem apenas uma leitura [-específica]. Ao tratarmos da quantificação universal<sup>6</sup> estaremos nos referindo, principalmente, a casos como (30), que admitem uma leitura partitiva não-evidente, nos termos de Enç. O que significa dizer que admitem uma leitura [-definida] e [+específica]. Vejamos.

- (30) a. Eu acho que saiu *o dinheiro todo* de circulação (FLP21L435)  
 b. A gente tinha que tá na estrada e vinha *tudo* dentro do ônibus (FLP18L677)

Nos exemplos em questão, os sintagmas quantificados 'o dinheiro todo' e '(a gente) tudo' podem ser interpretados como 'cada uma das notas' e 'cada uma das pessoas que estavam no ônibus', respectivamente, admitindo, portanto, uma leitura partitiva. Dessa forma, vamos assumir a hipótese ençiana de que tais quantificadores são [+específicos], porém [-definidos], diferentemente da proposta de Belletti que não prevê que contextos de quantificação possam manifestar o Caso partitivo. A quantificação universal, portanto, garante aos NPs especificidade, porque tais sintagmas quantificam sobre conjuntos já estabelecidos contextualmente.

<sup>6</sup> Merece atenção aqui o estudo de Dias com relação à proposta de dois tipos de quantificadores universais (1999)

Consideremos agora os exemplos (31)-(36), para discutir os resultados estatísticos da tabela 3, referentes aos verbos inacusativos existenciais.

- (31) a. Antigamente não existia *essas casa* tipo favela, assim, ne? (FLP18L769)  
b. Então na época também existia [*um*]- *um delegado de policia* que foi famoso, chamado Astrogildo. Era o único policial que tinha na cidade (FLP18L817)  
c. Existe *curso*, parece, no segundo grau. Existe *escola noturna*, né? (FLP18L441)

O número bastante significativo de ocorrências de V NP na tabela acima está ilustrando, principalmente, exemplos como (31), cujos sintagmas são marcados por traços [-definido] e [-específico], por não admitirem pressuposição de existência, nos termos de Enç (1991), mas atestar existência. Vale lembrar que o argumento de uma construção existencial é *dado a existir no próprio momento da enunciação, como efeito e parte da predicação. Predica-se a existência de alguma coisa, e não algo de um ser pré-existente, como Berlinck (1988:151) já assinalou.*

Tal como no inglês (cf. exemplo 13), em português parece que também há o bloqueio de uma construção [+específica] em sentenças existenciais, como o julgamento de gramaticalidade de (32) ilustra, abaixo:

- (32) a. Há/Tem/Existe *um homem* no jardim  
b. \*Há/Tem/Existe *o homem* no jardim  
c. \*Há/Tem/Existe *todo homem* no jardim

Em ambas as línguas, além da impossibilidade de sintagmas [+definidos] e quantificados universalmente constituírem sentenças existenciais, podemos observar também a impossibilidade de sintagmas partitivos explícitos, tratados comumente como sintagmas [-definidos], como o julgamento de gramaticalidade de (33) e (34) fornece:

- (33) \* There are *some of the men* in the garden

- (34) \* Há/Tem/Existem *alguns dos homens* no jardim?

Entretanto, um questionamento que se levanta a partir da tabela 3 diz respeito aos argumentos de verbos existenciais, marcados por traços [+definido] e [+específico], como os exemplos em (35) ilustram.

- (35) a. Um pouco mais pra baixo, existia *o Miramar* (FLP24L166)  
b. Existia *o Empório Rosa*, tipo bar, restaurante (FLP18L596)  
c. só existia *a Ponte Hercílio Luz*, na época. Nos domingos, no verão, ia todo mundo lá em cima (FLP24L1115)

Se contextos existenciais não podem ter uma leitura de pressuposição de existência, como é possível que admitam a seleção de um NP próprio, que em geral é caracterizado como um sintagma que 'contém em si sua própria determinação' (Mateus et alli (1989:185)? Parece plausível dizer que nesses contextos os nominais próprios não devem estar recebendo nem uma interpretação [+definida] nem [+específica] nos termos de Enç, uma vez que definitude e especificidade correspondem a relações de identidade e de inclusão que um sintagma mantém com outro previamente mencionado.

Logo, devem existir restrições semânticas associadas a um argumento de verbos existenciais dessa natureza. Note-se que os sintagmas em *itálico* em (35) ressaltam além da introdução de um novo elemento no discurso, o constituinte que vai dominar o discurso seguinte, bem evidente em (35c). Se esse elemento é um sintagma próprio não compromete em nada a asserção de existência, até porque ele pode ser considerado uma interpretação única (só existia a Ponte Hercílio Luz), ou uma leitura de lista (existia o Miramar, o Empório Rosa, o restaurante universitário...), nos termos de Belletti.

Vale notar, entretanto, casos em que verbos do tipo BE existencial evidenciam construções realizadas com sintagmas

<sup>2</sup> Vale lembrar aqui da aceitabilidade da sentença *Tem um dos homens no jardim* em um contexto não existencial, semelhante a uma construção estativa do tipo locativa, como em: *Está um dos homens no jardim (e outro na sala).*

[+definido] e [+/-específico] que não admitem uma interpretação única ou uma leitura de lista, como os exemplos em (36) ilustram. Esse sim parece um problema para a nossa análise, com relação à questão da definitude:

- (36) a. Eu acho que é o olho grande, né? Que é ruim à beça, né? É que ele existe, *o olho grande existe* (FLP17L754)  
b. (Fala do morro do Mocotó) Então *o morro do Mocotó* não existia, como não existia *a Laura Caminha Meira* (FLP18L859)

O que podemos observar nesses exemplos é que a fala permite certas especificidades não comuns na escrita, como, por exemplo, o fato de ser possível atestar a existência de referentes já mencionados no discurso, como se houvesse uma ruptura do discurso nesse momento. Tomemos novamente o exemplo (36a) para discutir essa questão. O locutor está descrevendo uma superstição conhecida como 'olho grande' em sua narrativa pessoal, a seguir parece que se dá conta de que não havia atestado a existência desse referente no universo discursivo, e o faz 'É que ele existe, *o olho grande existe*', para em seguida voltar a contar sua história. O mesmo acontece com o sintagma 'o morro do Mocotó', argumento do verbo existir em (36b). Esse tipo de estratégia parece comum na fala, mesmo na ordem V NP:

- (37) O pessoal do morro, o pessoal pobre ficava tudo ali numa praizinha, ali encostado [na]- né? [na]- no cais ali, existia *o cais* ali. (FLP18L549)

Parece que o locutor precisa atestar a existência do 'cais' para que seu interlocutor compreenda a sua descrição, e o faz, rompendo com o fluxo discursivo, para a seguir poder retomá-lo. Nesse caso, só poderíamos tratar da questão da definitude dentro de uma perspectiva de interface entre a semântica e a pragmática; abordagem para a qual, de certa forma, Enç (1991) já acena.

Enfim, os resultados estatísticos da tabela 3, bem como as evidências discutidas acima, conduzem a uma rediscussão a

respeito do fenômeno tratado na literatura como efeito de definitude (DE) e a uma discussão do tipo de Caso que estará disponível ao NP pós-verbal, argumento de um verbo inacusativo. Na verdade, parece que a ordem dos constituintes nas sentenças inacusativas pode ser explicada por meio de certos movimentos sintáticos motivados por traços de definitude e de especificidade exibidos pelos sintagmas nominais presentes em tais sentenças. Daí a tratar o Caso disponível ao sintagma pós-verbal como partitivo parece muito limitado, porque estaria excluindo os argumentos dos verbos existenciais, já que tais construções não admitem pressuposição de existência e o Caso partitivo, como o próprio nome sugere, deve ser compatível com sintagmas que podem ser interpretados como 'parte de um conjunto', isto é, parte de um conjunto previamente mencionado no discurso. A não ser que a idéia da partitividade possa ser ampliada.

#### 4. Considerações finais

A análise estatística é favorável à nossa hipótese de que há uma correspondência entre ordem V NP, natureza do verbo e natureza semântica do NP. Quando o argumento interno de um verbo inacusativo é marcado por traços [-definido] e [+/-específico] (ou NP *bare*), diminui o número de ocorrências de ordem direta (NP V) e aumenta o número de ocorrências de ordem inversa (V NP); quando é marcado por traços [+definido] e [+específico], aumenta o número de sintagmas pré-verbais e diminui o número de sintagmas pós-verbais. Quanto aos verbos intransitivos, nossos resultados apontam evidências favoráveis à ordem NP V, independentemente do tipo semântico do argumento. Chamamos a atenção, nesse momento, para a necessidade de se considerar os traços sintáticos do verbo e os traços semânticos do NP na determinação da ordem V NP: uma restrição sintático-semântica.

É importante destacar que este estudo faz parte de um trabalho mais amplo no sentido de tentar explicar talvez menos timidamente quais os contextos que favorecem a ordem V NP no português falado em Florianópolis. Entretanto, os resultados

deste trabalho só contribuirão para a pesquisa científica se cruzados com os de trabalhos variacionistas que investigaram (e que investiguem) a ordem V NP em outras regiões do Brasil, tais como os de Lira (1986; 1996), Berlinck (1988; 1995) e Zilles (1999), por exemplo.

### Referências Bibliográficas

- BELLETTI, A. (1988) The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. Vol. 19, n. 1, 1-34.
- BERLINCK, R de A. (1988) *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Campinas, UNICAMP. Dissertação de mestrado.
- BERLINCK, R. de A. (1995) *La position du sujet en portugais: etude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Paris. Tese de doutorado.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*. Dordrecht, Reidel.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures and Binding*. Dordrecht, Foris.
- COELHO, I. L. (1998) O caráter da posposição do SN em construções monoargumentais no português falado em Florianópolis. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Aveiro, Portugal.
- COELHO, I. L. (1999) A posposição do SN em construções monoargumentais: um caso de efeito de definitude? CD-ROOM do II Encontro do CELSUL. Florianópolis.
- DIAS, J. F. V. (1999) *Todos(as)/tudo/todo(a) no PB – um estudo semântico*. Florianópolis, UFSC (mimeo)
- DUARTE, Y. (1993) A hipótese inacusativa e as evidências do Português. *D.E.L.T.A.* Vol. 9, n. 1.
- ENÇ, M. (1991) The semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*. Vol 22 (1), 1-25.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro. Frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LIRA, S. de. (1986) Subject postposition in Portuguese. *D.E.L.T.A.* Vol. 2, n. 1.
- LIRA, S. de. (1996) *The subject in Brazilian Portuguese*. Nova York, Peter Lang.
- MATEUS, M. H. M. et alli. (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. 4a. edição, Coimbra, Editorial Caminho SA.
- MILSARK, G. (1977) Toward na explanation of certain peculiarities of the existential construction in English. *Linguistic Analysis* 3, p. 1-31.
- NASCIMENTO, M. do (1984) *Sur la postposition du sujet dans le Portugais du Brésil*. Université de Paris VIII, Doctorat de troisième cycle.
- PERLMUTTER, D. (1976) Evidence for subject downgrading in Portuguese. IN: J. Schmidt-Radefeldt. *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam, North-Holland Publishing Company.
- PINTZUK, S. (1988) *VARBRUL Programs*. (mimeo)
- ZILLES, A. M. S. (1999) A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no II Congresso Nacional da ABRALIN, no período de 25 a 27 de fevereiro.